

RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.034 - SP (2019/0016363-3)

RECORRENTE : ROSANGELA MARIA JANUARIO
ADVOGADO : MAURO DEL CIELLO - SP032599
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : DANIELLE GONÇALVES PINHEIRO - SP226424
S

PAULO ANDRÉ LOPES PONTES CALDAS - SP300921
LAURA BARACAT BEDICKS E OUTRO(S) - SP305342

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ROSANGELA MARIA JANUARIO E OUTROS, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - AV. BRIGADEIRO, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. INTEGRANTES DO QUADRO DA SECRETARIA DA SAÚDE. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV.

1. Prescrição do fundo de direito. Inocorrência. Relação de trato sucessivo. Súmula nº 85 do STJ. Entendimento sedimentado pelo STJ.

2. Falta de interesse processual. Servidores que ingressaram nos quadros da Administração Pública após junho de 1994. Ausência de direito à conversão, pois já encontraram situação jurídica consolidada no tocante à remuneração de seus serviços, sem redução alguma em seus vencimentos.

3. Conversão de vencimentos em URV. Alteração sistema monetário. Lei Federal nº 8.880/94. Observância obrigatória, pelos Estados e Municípios. Impossibilidade de compensação com outros reajustes. Entendimento já consolidado pelo STJ, inclusive em sede de recurso repetitivo (REsp 1.101.726/SP).

4. Limite temporal. Novo regime jurídico remuneratório. Orientação do STF no julgamento do RE nº 561.836/RN (repercussão geral).

5. Ação ajuizada em 23.10.2008. Perícia contábil que apurou saldo credor para os servidores. Duas situações distintas: (a) consumada a prescrição quinquenal em relação aos autores que tiveram a reestruturação da carreira em 1997 (LCE 836/97); e (b) procedência da demanda em relação aos autores que tiveram reestruturação remuneratória em 2008 (LCE 1.080/08), para reconhecer o direito às diferenças no período quinquenal anterior à reestruturação.

7. Reforma parcial da r. sentença.

8. Recurso da FESP provido em parte e improvido o apelo dos autores.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

Na origem, trata-se de ação ordinária em que os autores objetivaram a condenação da municipalidade no recálculo dos vencimentos de cada autor com sua conversão para a URV, nos meses de março a junho de

Superior Tribunal de Justiça

1994, nos termos do art. 22 da Lei nº 8.880/94. Deu-se, à causa, o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Em primeira instância, o pleito foi julgado improcedente em relação aos autores Regina de Santana Santos, Vera Lúcia, dos Santos, Teresinha Campinho Braga, Selma Conceição Gil da Silva, Magali Campos Pelicer e Reni Fabri da Silva, e julgado procedente em parte em relação aos autores Luís Joaquim de Souza, Simone Vendite e Vera Mineiro.

Em grau recursal, o TJSP proveu em parte o recurso da Fazenda Estadual nos termos da ementa supra transcrita.

No recurso especial, aponta-se violação do art. 22 da Lei nº 8.880/94.

Sustentam, em síntese, que a Lei Federal nº 8.880/1994 deve ser imediatamente aplicada a todos os servidores públicos, independentemente da data do ingresso do servidor no serviço público.

Defende que a Lei Complementar Estadual nº 840/97 não reestrutura a carreira dos servidores, mas *disciplina apenas implantações de reajustes* (fl. 894), não havendo que se falar em limitação temporal ou prescrição.

Argumenta, para tanto, que os reajustes determinados por leis posteriores não podem ser considerados para solução quanto ao equívoco da errônea conversão.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Parecer do MPF pelo não conhecimento do recurso especial, nos seguintes termos:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - REAJUSTES DE REMUNERAÇÃO, PROVENTOS OU PENSÃO - ÍNDICE DA URV LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

É o relatório. Decido.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça se consolidou no sentido de que é devida aos servidores públicos, sejam federais, estaduais, distritais ou municipais – mesmo aos que ingressaram posteriormente à edição da Lei n. 8.880/1994 –, a conversão de seus vencimentos em URV.

Nesse sentido:

Superior Tribunal de Justiça

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. APLICAÇÃO DA LEI 8.880/1994. REAJUSTE DE 11,98%. INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO POSTERIOR AO ADVENTO DA LEI 8.880/1994.

1. O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que os servidores públicos, sejam federais, estaduais, distritais ou municipais, têm direito à diferença decorrente da conversão de seus vencimentos em URV, a ser calculada com base na Lei 8.880/1994, devendo, para tanto, ser considerada a data do efetivo pagamento.

2. É, também, firme a jurisprudência do STJ no sentido de que a diferença relativa à conversão de cruzeiros reais em URV é devida inclusive àqueles servidores empossados em momento posterior ao advento da Lei 8.880/1994, de modo que a data de ingresso no serviço público não afeta o direito do servidor à revisão geral de seus vencimentos e correspondentes efeitos.

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.539.799/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/10/2015, DJe 3/2/2016)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO DISTRITAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO. URV. INGRESSO APÓS A EDIÇÃO DA LEI N. 8.880/94. AUSÊNCIA DO EXIGIDO REQUISITO DO PREQUESTIONAMENTO. NÃO OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. POSICIONAMENTO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR.

I - Este Colendo Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que, tal como se dá no recurso fundado na letra 'a' do inciso III do art. 105 da CF/88, o especial interposto pela alínea 'c' do permissivo constitucional também deve atender à exigência do prequestionamento, pois é impossível haver divergência sobre determinada questão federal se o Acórdão recorrido sequer chegou a emitir juízo acerca da matéria jurídica. (AgRg no AREsp 423.194/MG, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, DJe 10/12/2013).

II - Firmou esta Corte Superior entendimento segundo o qual a diferença relativa à conversão de cruzeiros reais em URV é devida inclusive àqueles servidores empossados em momento posterior ao advento da Lei nº 8.880/94, de modo que a data de ingresso no serviço público não afeta o direito do servidor à revisão geral de seus vencimentos e correspondentes efeitos (AREsp 416638, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Monocrática, DJ de 4/4/2014).

III - Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.124.645/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/4/2015, DJe 27/4/2015)

No mais, está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento norteador pelo STF (RE n. 561.836 RG-RN) de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.040, INCISO II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI Nº 9.421/96. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF (RE 561.836/RN). RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. I - O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual o percentual, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão em URV, não representa aumento, mas mero reconhecimento do cálculo indevido no momento da conversão, não podendo assim ser abatido ou compensado em razão de aumentos remuneratórios supervenientes.

II - Igualmente fixado pelo Supremo Tribunal Federal data para o término de tal incorporação, qual seja, "momento em que a carreira do servidor passa por uma reestruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção *ad aeternum* de parcela de remuneração por servidor público" (RE nº 561.836 RG-RN).

III - Em juízo de retratação, acolhe-se o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no RE nº 561.836-RN. Recurso Especial parcialmente provido, em sede de juízo de retratação.

(REsp 1.160.043/SP, Relator Ministro Felix Fischer, DJ 12/12/2017, DJe 1º/02/2018).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. SÚMULA 280/STF. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO PELA ALÍNEA "A". DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

1. No presente caso, concluiu a Corte de origem que os recorrentes não demonstraram prejuízos financeiros na conversão para URV dos seus salários. Rever o entendimento do Tribunal a quo implica abrir reexame do contexto fático-probatório dos autos. Incidência, na hipótese, da Súmula 7 do STJ.

2. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora impossível compensar perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, cabe limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrentes de reestruturação na carreira dos servidores.

3. A controvérsia em exame remete à análise de Direito local (Leis Complementares Estaduais 836/1997 e 888/2000), revelando-se incabível a via recursal especial para rediscussão da matéria, ante a incidência da Súmula 280 do STF.

4. Assinale-se, por fim, que fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

5. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1.703.978, Segunda Turma, Relator Ministro Herman

Superior Tribunal de Justiça

Benjamin, julgamento 7/12/2017, DJe 19/12/3017).

Na hipótese, considerando que o Tribunal de origem consignou que as Leis Complementares Estaduais nº 840/97 e 1.080/08 promoveram a reestruturação da carreira dos servidores ora recorrentes, verifica-se ser inviável a análise do recurso especial, aplicando-se, por analogia, o teor do Enunciado n. 280 da Súmula do STF, que assim dispõe: “Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.”

Nesse diapasão, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. PARCELAS DE TRATO SUCESSIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ. PRECEDENTES DO STJ. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. SÚMULA 280/STF. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO PELA ALÍNEA "A". DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

1. Trata-se de ação em que os recorrentes, todos servidores públicos, ingressaram em juízo objetivando o recálculo dos seus vencimentos e proventos, convertendo-os para a URV a partir do mês de março de 1994, conforme estabelecido no artigo 22 da Lei 8.880/94.

(...)

6. A controvérsia em exame remete à análise de Direito local (Lei Complementar Estadual 836/1997), revelando-se incabível a via recursal especial para rediscussão da matéria, ante a incidência da Súmula 280 do STF.

7. Assinale-se, por fim, que fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

8. Recurso Especial não conhecido.

(STJ, REsp 1.653.048/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 18/4/2017)

Ante o exposto, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa parte, com fundamento no art. 255, § 4º, I e III, do RISTJ, dou-lhe provimento para reconhecer o direito dos autores Regina de Santana Santos, Vera Lúcia dos Santos, Teresinha Campinho Braga, Selma Conceição Gil da Silva, Magali Campos Pelicer e Reni Fabri da Silva à conversão de seus vencimentos em URV, independentemente da data de ingresso ao serviço público, devendo os autos retornarem ao Tribunal de origem para prosseguir o julgamento de mérito somente em relação a esses autores.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 23 de abril de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

